



MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1477/2021 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização do pagamento dos valores retroativos referente a Reposição Salarial Anual do Piso Salarial dos profissionais do Magistério Municipal do exercício 2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA DO MUNICÍPIO SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar os valores retroativos referentes ao período de janeiro a setembro de 2020, da revisão anual do Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Municipal.

Parágrafo 1º - Os valores retroativos que tratam o *caput* deste artigo fazem parte do acordo firmado entre o Município de Tamarana, a APP Sindicato e os profissionais do Magistério Municipal e condizem com as perdas salariais do período de janeiro a setembro/2020.

Art. 2º. Fica condicionada a autorização do pagamento na folha seguinte à revogação da Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 4º da Lei 1392/2020.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tamarana/PR em 17 de dezembro de 2021.

LUZIA HARUE SUZUKAWA
Prefeita

Autoria do Executivo Municipal



Jornal Oficial do Município de Tamarana

Tamarana, 06 de Janeiro de 2022

Edição 1.695 - Ano XVII - Semanal

LEIS



MUNICÍPIO DE TAMARANA ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1477/2021 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização do pagamento dos valores retroativos referente a Reposição Salarial Anual do Piso Salarial dos profissionais do Magistério Municipal do exercício 2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA DO MUNICÍPIO SANCIONO A SEGUINTE

L E I:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar os valores retroativos referentes ao período de janeiro a setembro de 2020, da revisão anual do Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Municipal.

Parágrafo 1º - Os valores retroativos que tratam o *caput* deste artigo fazem parte do acordo firmado entre o Município de Tamarana, a APP Sindicato e os profissionais do Magistério Municipal e condizem com as perdas salariais do período de janeiro a setembro/2020.

Art. 2º. Fica condicionada a autorização do pagamento na folha seguinte à revogação da Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 4º da Lei 1392/2020.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tamarana/PR em 17 de dezembro de 2021.

LUZIA HARUE SUZUKAWA
Prefeita

Autoria do Executivo Municipal